



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/12/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Tesouro alerta para dívida acima de 80% do PIB com PEC e pede contenção de gastos

Em meio às negociações do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) que expande os gastos públicos, o Tesouro Nacional emitiu um alerta sobre o risco de que um aumento forte de gastos impulse o endividamento do país.

Nas estimativas do órgão, o texto aprovado pelo Senado abre espaço para uma despesa extra de R\$ 193,7 bilhões em 2023 e colocaria a dívida pública em trajetória de ascensão. O indicador alcançaria 81,8% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2026.

A projeção é maior do que num cenário sem aprovação da PEC da Gastança. Nessa hipótese, a dívida bruta do país ainda subiria, mas em menor intensidade, alcançando 79,1% do PIB no mesmo prazo.

As previsões constam na segunda edição do Relatório de Projeções Fiscais, documento idealizado pelo órgão em uma tentativa de dar transparência às projeções de médio e longo prazo para as contas públicas do país. A intenção é que a publicação seja feita em periodicidade semestral.

No relatório, o Tesouro afirma que há um "cenário desafiador para a condução da política fiscal nos próximos anos". Isso fica demonstrado na constatação de que, mesmo sem a PEC, haverá maior endividamento do país.

Qualquer novo desenho de nova regra fiscal, por melhor que seja, não vai conseguir solucionar sozinho a trajetória de endividamento, avaliam os técnicos.

"Tendo em vista os cenários apresentados neste relatório, a proposta de lei complementar [prevista na PEC] deve ser acompanhada de medidas de redução de despesa ou de aumento de receita, que sejam capazes de melhorar a trajetória do resultado primário já no curto prazo e trazer a dívida para níveis sustentáveis. A postergação destas medidas resulta em maiores juros nominais pagos pelo Tesouro Nacional e aumento do risco país, com reflexos negativos para o crescimento econômico e para a inflação."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 17 de dezembro.

'Vou passar noite de Natal dormindo': Famílias pobres ficam sem a ceia

Aida, 63, no Rio de Janeiro, prefere dormir a encarar a mesa vazia na noite do Natal. Elaine, 39, de Salvador, chega ao dia da ceia racionando comida para a família. Rosali, 47, de Maceió, mora em nova casa de madeira, mas a geladeira deverá seguir sem nada neste fim de ano.

A Folha revisitou neste mês pessoas em situação vulnerável em quatro capitais e regiões metropolitanas brasileiras e constatou que a insegurança alimentar ainda afeta a mesa dos lares mais pobres.

Aida Herminio dos Santos, 63, tem um plano para a noite de Natal: dormir. A moradora de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, afirma que está recebendo o Auxílio Brasil, mas anda com o orçamento apertado, o que impede o preparo de uma ceia para a família na data festiva.

A exemplo de outros tantos brasileiros, ela segue com o bolso pressionado pela inflação.

"O meu Natal vai ser assim: vou passar dormindo. Infelizmente, não tenho condições de montar uma mesa e receber minha família aqui. Esse tempo já se foi", diz Aida, que vive com o companheiro.

Em Salvador, no início de cada mês, a despensa na casa da ambulante Elaine Costa Silva, 39, está, na medida do possível, abastecida para alimentar as cinco pessoas que moram no local: ela, as filhas Elaiza, 18, e Evelyn, 13, mais as duas sobrinhas, Mileide, 17, e Ilana, 4.

A partir da terceira semana, é preciso racionar até receber o Auxílio Brasil, única renda fixa da família. Neste mês de Natal, o arrocho promete ser maior, já que não tem sobrado dinheiro para Elaine produzir os materiais de limpeza que costuma vender nas ruas da capital baiana.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 17 de dezembro.

GT da Previdência apresenta sugestões para a previdência complementar

Como noticiado na semana passada, a Anapar discutiu com integrantes do GT de Previdência da transição do governo federal pontos que considera essenciais para o aprimoramento do arcabouço legal da previdência complementar fechada e dos direitos e conquistas dos participantes e assistidos de fundos de pensão.

A partir das conversas com a Anapar e outros atores do sistema fechado de previdência complementar, como associações de servidores públicos, representantes de entidades de previdência complementar e sindicatos, o GT de Previdência da transição apresentou o diagnóstico para o setor com pontos que consideram prioritários para o próximo governo, a serem implementadas nos primeiros 100 dias, com objetivo, entre outros, de disciplinar o ato regular de gestão, oferecendo mais segurança jurídica às decisões dos dirigentes e ao processo de supervisão baseada em risco, que deve ser aprimorada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Conheça aqui algumas medidas: **1.** Criação de GT quadripartite na área de previdência complementar, com representantes do Estado, dos participantes e assistidos, das patrocinadoras e das entidades, para uma revisão normativa do setor, a exemplo do que foi feito no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006); **2.** Possibilidade de suspensão temporária, já a partir de 1º de janeiro de 2023, das contribuições extraordinárias em consequência de planos de equacionamento de déficits; (...)

Reunião na Previc – Ainda nesta quarta-feira, 14/12, Marcel Barros, presidente da Anapar, e Antonio Bráulio de Carvalho, diretor Administrativo-Financeiro da entidade, reuniram-se com José Roberto Ferreira Savóia, superintendente da Previc, para tratar de uma possível suspensão dos pedidos de retirada de patrocínio, até que a definição da nova estrutura da Superintendência, além de reforçar pontos estratégicos da Agenda Positiva da Previdência Complementar Fechada.

Saiba mais em: ANAPAR, quarta-feira 14 de dezembro.

Preço da gasolina cai 1,4% e volta a ficar abaixo de R\$ 5

O preço da gasolina caiu 1,4% nos postos brasileiros nesta semana, com repasses de corte feito nas refinarias da Petrobras no último dia 7. A queda ajuda o governo eleito, que terá que decidir pela volta dos impostos federais sobre o combustível no início do ano.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a gasolina foi vendida, em média, a R\$ 4,94 por litro nesta semana, queda de R\$ 0,06 por litro em relação ao preço praticado na semana anterior.

A redução compensa parcialmente o ciclo recente de alta, que foi provocado pelo aumento das cotações do etanol anidro, que representa 27% da mistura vendida nos postos e levou a gasolina a ultrapassar a barreira dos R\$ 5 por litro há um mês.

Apesar do recuo nos postos, a perspectiva é que o preço da gasolina volte a ser pressionado pelo retorno dos impostos federais e pelo acordo feito entre estados, União e STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 19 de dezembro.

Conta de luz vai subir até 36% com 'herança' e aumento de custos

Mesmo com a aprovação de medidas para segurar os aumentos na conta de luz, os reajustes tarifários de energia homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nas últimas semanas superaram de forma significativa os do mesmo período do ano passado, com aumentos de até 36%. Os percentuais foram empurrados para cima por uma combinação de fatores, que vão desde custos financeiros "herdados" do ano passado ao aumento de preços de energia e encargos.

O diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa, afirma que o diferimento do ano passado evitou um aumento de 21,5% para a concessionária.

Segundo ele, o aumento deste ano poderia ser ainda maior se não tivesse sido concedido o empréstimo da Conta Escassez Hídrica, socorro financeiro aprovado no ano passado para as distribuidoras cobrirem o forte impacto do aumento de custos com despachos termoelétricos (quando o operador do sistema determina que uma térmica gere energia elétrica).

A maior parte dos reajustes tarifários mais expressivos não deve ser capturada pela inflação medida pelo IPCA deste ano, uma vez que foram aplicados a distribuidoras que atendem regiões metropolitanas que não compõem o subitem energia elétrica residencial medido pelo índice do IBGE.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 18 de dezembro.